

# Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos

Higher education in Management in Brazil between the 1940's and the 1950's a discussion deriving from the cooperation agreements between Brazil and the United States of America

Amon Narciso de Barros<sup>1</sup>

Alexandre de Pádua Carrieri<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o desenvolvimento dos cursos superiores em Administração no Brasil entre os anos 1940 e 1950 a partir dos acordos de cooperação entre Brasil e EUA. Inicialmente discutimos brevemente a metodologia utilizada para coleta dos dados e, em seguida, apresentamos uma discussão sobre as relações bilaterais entre os países. Posteriormente tecemos considerações sobre os cursos superiores em Administração que contaram com o apoio estadunidense, além de refletirmos sobre os próprios acordos. Concluímos que a dita “americanização” da Administração no Brasil tem raízes profundas e que, para que um saber mais autoconsciente seja construído e fortalecido, devemos refletir sobre a constituição da própria área, sobre como as influências de modelos estrangeiros são recebidas e articuladas. Por fim, sugerimos que futuras pesquisas poderiam aprofundar as discussões realizadas, ao fazer estudos específicos sobre a história dos cursos superiores em Administração brasileiros, especialmente os que participaram de acordos com outras instituições.

**Palavras-chave:** Americanização. História da Administração. Acordos Brasil-Estados Unidos.

## Abstract

This paper aims to discuss the development of higher education in management in Brazil between 1940 and 1950. Initially we briefly discuss the methods used to collect data and select the researched archives. Then, we present a discussion on bilateral relations between the two nations. In the section that follows we make some considerations about the undergraduate courses which received support from United States and about the cooperation agreements themselves. We conclude that the “Americanization” of management discipline in Brazil has deep roots, and that for a more self-conscious knowledge to be built and strengthened we should reflect about its constitution and the influences of foreign models on it. Finally we suggest that future research could deepen discussions researching about the history of specific Brazilian undergraduate courses in management, especially those which participated on some agreements with other institutions.

**Keywords:** Americanization. Management history. Brazil-United States agreements.

---

Artigo submetido em 30 de outubro de 2012 e aceito para publicação em 08 de maio de 2013.

<sup>1</sup> Doutor em Administração pelo CEPEAD/UFMG; Professor no Centro Universitário Una; Pesquisador do NEOS. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, CEP 31270-654, Belo Horizonte -MG, Brasil. E-mail: [amonbarros@gmail.com](mailto:amonbarros@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em administração pelo CEPEAD/UFMG; Professor Titular do CEPEAD/CAD, UFMG; Coordenador do NEOS. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, CEP 31270-654, Belo Horizonte -MG, Brasil. E-mail: [Alexandre@face.ufmg.com](mailto:Alexandre@face.ufmg.com)

Este texto tem como objetivo discutir o desenvolvimento dos cursos superiores em Administração no Brasil entre os anos 1940 e 1950 a partir dos acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA). A partir de documentos e da literatura estabelecida que tratassem dos acordos técnicos de transferência de saberes do Brasil para os Estados Unidos, realizamos uma discussão buscando relacionar o desenvolvimento da Administração no contexto da Guerra Fria às relações externas entre o Brasil e os EUA, com foco nos programas de apoio técnico para disseminação de saberes e modelos administrativos.

Tomamos como ponto de partida a ideia de que o Brasil não foi apenas ator passivo nessas trocas, tendo buscado ativamente a cooperação técnica deste para poder formar quadros que pudessem contribuir na aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro. Outro ponto de partida importante foi o texto de Machado (1966) o qual aponta que, com exceção dos cursos em Minas Gerais e Pernambuco todos os cursos superiores em Administração existentes ou já com previsão de início antes dos anos 1960 receberam apoio dos Estados Unidos. Chegamos assim a alguns dos acordos assinados por ambos os países e que tinham como objeto a transferência de saberes, técnicas e modelos administrativos dos Estados Unidos para o Brasil. Acabamos, também, por nos deparar com o fato de que os cursos superiores da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também receberam apoio estadunidense no seu estabelecimento, embora, juntamente com o curso da Universidade Federal de Pernambuco, tenham ficado de fora do acordo estabelecido em 1959 entre Brasil e Estados Unidos para disseminação do saber administrativo.

O período selecionado para análise vai dos anos 1940, especialmente do final da Segunda Guerra Mundial, até o ano de 1959, quando um importante acordo de apoio ao ensino superior em Administração é assinado. O acordo envolveu a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), a atual Escola Brasileira de Administração Pública e de empresas<sup>3</sup> (EBAPE) – ambas ligadas à Fundação Getúlio Vargas (FGV) –, e visava ainda à criação ou à consolidação dos cursos em quatro universidades federais: a da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de Pernambuco. Entretanto, apenas as duas primeiras permaneceram no programa. As universidades de Minas Gerais e de Pernambuco se retiraram. Em parte, a recusa se deu em razão da posição subordinada no acordo face às escolas da FGV, no caso da primeira, e da oposição do corpo estudantil à participação dos EUA no caso da segunda (ver TAYLOR, 1968).

Neste sentido, um pressuposto do trabalho é que ao mesmo tempo em que os conhecimentos técnicos em Administração chegam como promessa de subsidiar o desenvolvimento brasileiro também demarcam e ajudam a consolidar as posições de ambos os países nas relações bilaterais. Assim, o pedido de apoio e o aceite da ajuda é um reconhecimento, ainda que tácito, da posição de subordinação do Brasil em relação aos Estados Unidos da América (EUA). A óbvia hierarquia em relação à riqueza material de ambas as nações é, assim, reforçada (e não determinada) pela natureza destes acordos que em boa parte tentam transplantar determinados modelos e formas institucionais para os países receptores de apoio (a esse respeito conferir, por exemplo, DWIVEDI e NEF, 1982; COOKE, 2004; 2010).

Este trabalho, parte de uma pesquisa realizada para elaboração de uma tese de doutorado, visa contribuir com a aproximação entre os estudos organizacionais e a história que vêm se fortalecendo, tanto no Brasil, quanto em outras plagas (e.g. ÜSDIKEM e KIESESER, 2004; JACQUES, 2006; COSTA, BARROS e MARTINS, 2010; VIZEU, 2010; CORAIOLA, 2012). Especificamente em relação aos trabalhos que visam analisar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos na transmissão de saberes administrativos, juntam-se aos trabalhos de Alcadipani e Cooke (2011; 2010) Alcadipani e Bertero (2012a e b), com foco na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), e Fischer (1985), que tem orientação mais abrangente, mas se concentra na Administração Pública. Outros trabalhos que abarcam a história da Administração de forma mais geral são os textos de Barros (2011), Fischer, Waiandt e Fonseca (2011), Vizeu (2008), Mattos e Carvalho (1992), Covre (1991) e Martins (1989).

---

<sup>3</sup> A atual Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) era chamada anteriormente apenas de Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Para facilitar a fluidez da leitura nos ateremos à sigla atual.

É importante salientar que neste trabalho teórico-empírico fizemos a opção por articular os dados à discussão estabelecida por meio da revisão de literatura. Tal escolha é não apenas estilística, visando ampliar a fluidez da discussão, mas intenta também evidenciar o caráter de indissociável articulação entre a teoria e os dados. Dessa maneira desejamos, ainda salientar o caráter de narrativa sobre a história que este trabalho assume, posicionando-nos, assim, acerca de como assumimos que deve ser realizada a escrita da história, discussão encontrada, por exemplo, em Leblecici e Shah (2004) e Lawrence (1984).

O artigo se estrutura em cinco seções além desta introdução. Na primeira, são apresentadas a metodologia utilizada no trabalho e a forma como os dados foram agrupados. Sequencialmente, é traçado um panorama geral sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos em meados do século vinte, a fim de apresentar ao leitor o quadro mais geral no qual os acordos entre os países se desenvolviam. Essa discussão é relevante porque os acordos estabelecidos eram parte e efeito das relações entre os países. Em seguida, os acordos entre os países são abordados, passando especialmente por uma discussão acerca do Ponto IV, que teve importante papel ao servir de “guarda-chuva” para a cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos. Na sequência, fazemos uma breve discussão sobre a interação do saberes administrativos em formação com o ambiente de Guerra-Fria, salientando as escolas que receberam apoio estadunidense nesse contexto. Por fim, apresentamos nossas considerações finais apontando para as conclusões que os elementos apresentados nos permitem formular e indicando possíveis caminhos para pesquisas futuras. Caminhos Percorridos

Os documentos utilizados na elaboração deste trabalho foram, em sua maioria, encontrados com a ajuda de mecanismos de busca na *internet*. Nesse sentido é interessante pontuar que o crescente aumento da facilidade em se arquivar, disponibilizar e acessar informações torna cada vez mais amplas as possibilidades de pesquisa histórica, ao mesmo tempo em que coloca questões a diversas noções a exemplo do “arquivo” e do “acervo”, como discute Featherstone (2006). A miríade de informações que retornam a cada busca realizada em um mecanismo abrangente cria dificuldades pela necessidade de se estabelecer filtros de forma a ampliar a precisão dos retornos obtidos. Neste trabalho, utilizamos prioritariamente arquivos disponíveis na *internet*, embora alguns documentos tenham sido obtidos mediante a Lei de Acesso à Informação (e, assim, também sem a imersão nos arquivos físicos).

Os dados foram encontrados em buscas que se restringiram aos arquivos virtuais disponibilizados nos endereços eletrônicos vinculados à *United States Agency for International Development (USAID)*, dos governos brasileiro, estadunidense e da Organização das Nações Unidas (ONU). Foram utilizados recursos que restringiam a pesquisa a um *site* por vez, embora realizada a partir de um mecanismo que também faz buscas na internet em geral. Um conjunto de palavras-chave foi utilizado a cada busca visando restringir os retornos obtidos, ao mesmo tempo em que se cobria um número amplo de termos. Os dados obtidos a partir das buscas efetuadas foram todos salvos e analisados mais detalhadamente em seguida. Pelo menos 115 documentos foram obtidos e lidos um a um, categorizando-os de acordo com as palavras-chave que levaram até os mesmos (EAESP e *Ford Foundation*, por exemplo) e com seu objeto de referência (relatórios financeiros, análises, discursos, leis, etc.)

Entendemos que o uso exclusivo de fontes oficiais deva ser visto com cautela (ver PIERANTI, 2008), e que os documentos são, também, monumentos ao passado, de forma que devem ser vistos com cautela (ver LE GOFF, 2003). Como afirma Rago (1995, p. 78, grifos presentes no original), “[t]rabalhar os documentos enquanto *monumentos* significará recusar a crença na transparência da linguagem e a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual”. Todo documento pode ser considerado um monumento: “Tomar o enunciado como monumento e não como documento significa que ele não está lá no lugar de algo mais profundo e essencial, demandando interpretações” (ARAÚJO, 2008, p. 58), mas que já tem significados que lhe foram atribuídos por seus criadores.

As informações acerca das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, por sua vez, foram obtidas a partir da revisão de literatura já estabelecida sobre o assunto, especialmente na área de estudos históricos. Nesse sentido, a seção seguinte se detém sobre a discussão dessa relação, colocando em destaque elementos

importantes para traçar o plano de fundo sobre o qual os acordos de transferência de conhecimentos e modelos em Administração foram estabelecidos.

---

## Relações Brasil-Estados Unidos

Ao longo do período analisado, que vai do final da Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 1950, o Brasil apresenta um relacionamento dúbio com os EUA. Muitas vezes o país toma uma postura que pode ser considerada oportunista, com fins pragmáticos. Um aspecto marcante do plano de fundo do relacionamento entre ambos os países é que os governos brasileiros se sentiram “traídos” por não terem gozado de um espaço especial na política externa estadunidense após a Segunda Guerra, queixando-se de não obterem dos EUA o “tratamento especial” que julgavam merecer (HILTON, 1981; DALIO e MYIAMOTO, 2010).

Alcadipani e Caldas (2012) apontam que combater os apelos nazifascistas foi importante para estimular os primeiros acordos entre Brasil e Estados Unidos, ainda durante a guerra, pois o governo brasileiro vinha se posicionando dubiamente em relação aos lados em guerra. Segundo os autores, naquele momento o confronto com o nazismo se sobreponha à luta anticomunista na agenda estadunidense, que voltou a ser prioridade logo após o fim da guerra.

No pós-guerra, a hegemonia militar e econômica dos EUA também ficou mais evidente, tendo como rival apenas a União Soviética. Os Estados Unidos estenderam definitivamente sua influência por boa parte do globo, valendo-se de maneira especial de agências como a *United States Agency for International Development* (USAID), a Fundação Ford, o Instituto Rockefeller, a Fundação Carnegie e do Programa de Recuperação Europeia, conhecido por Plano Marshall (KIESER, 1994; LOCKE, 1996; FRENKEL e SHENHAV, 2003; ÜSDIKEM e WASTI, 2009; KHURANA, KIMURA e FOURCADE, 2011; KHURANA e SPENDER, 2012).

Kieser (1994, p. 93, tradução livre) aponta que o Plano Marshall dedicava grande atenção ao convencimento dos praticantes da Administração, ao mesmo tempo em que fundou instituições para treinar novos administradores familiares com as abordagens desenvolvidas nos Estados Unidos: “Após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall se tornou a plataforma a partir da qual os Estados Unidos tentaram transformar as estruturas das economias europeias e o comportamento de seus atores. [...] O principal objetivo do Plano Marshall era a recuperação econômica da Europa aliada ao anticomunismo”.

Os Planos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram importância na formulação de planejamentos de longo prazo por parte dos governos brasileiros e de seus técnicos. Contudo, é interessante apontar que tais acordos se davam no âmbito da Administração para o Desenvolvimento que, conforme Motta (1972), visava fazer com que os países considerados subdesenvolvidos emulassem o desenvolvimento dos países desenvolvidos desconsiderando suas especificidades.

Esses apoios se deram, também, no contexto de ampliação da atuação dos EUA na América Latina. Após 1940, as ações dos EUA no hemisfério sul do continente americano passaram a ser mais coordenadas, buscando contrapor as influências nazifascistas na região (TOTA, 2005). Essa mudança é demarcada pela criação do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas*, sob direção do milionário Nelson Aldrich Rockefeller, que depois, em 1941, passou a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) e, por fim, em 1945, passou a *Office of Inter-American Affairs* (OIAA) (EUA, 1945), que Tota (2000) chama de “fábrica de ideologias”.

Moniz Bandeira (2007) aponta que em 1948 o Governo Dutra aprovou a instalação de uma Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU<sup>4</sup>) para traçar um programa de desenvolvimento para o país. Na visão da

---

<sup>4</sup> Em inglês: Joint Brazil-United States Technical Commission.

USAID (1986), a missão “Abbink/Bulhões” foi responsável por boa parte dos projetos de maior alcance desenvolvidos pelo Brasil, tendo sido considerado um sucesso também por seus líderes terem assumido papéis importantes no cenário das discussões econômicas brasileiras.

Para o Brasil, as propostas trazidas pelos membros estadunidenses da CMBEU, sob o comando de John Abbink, giravam basicamente em torno da recomendação para maior abertura brasileira aos capitais privados (HILTON, 1981). O relatório desta comissão, conhecido como relatório Abbink, serviu de norte para as conversas mantidas entre os países (DALIO e MIYAMOTO, 2010). Contudo, embora tenha aceitado o programa de apoio, era claro que o mesmo não atendia às principais reivindicações do governo brasileiro, que enfrentava no princípio da década de 1950 graves problemas em sua balança de pagamentos (MONIZ BANDERA, 2011; RIBEIRO, 2006).

Assim, durante os anos 1950, as relações entre o Brasil e os EUA se deram em um ambiente tenso. Estes queriam que o país se contentasse com apoios técnicos em áreas consideradas sensíveis e estratégicas. O interesse de Washington se direcionava a fim de “guiar e controlar o desenvolvimento industrial brasileiro a fim de beneficiar as corporações dos Estados Unidos e adequar o Brasil aos seus próprios planos regionais” (HAINES, 1989, p. 115, tradução livre). É nesse contexto que os acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos, que trouxeram os primeiros consultores e professores de Administração ao Brasil no princípio da década de 1950, foram assinados. É o caso do Acordo Básico de Cooperação Técnica e do Acordo Sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais (BRASIL, 1953). Além disso, os Estados Unidos passaram a adotar a política de “boa vizinhança”, conjuntamente com uma espécie de pan-americanismo, visando substituir a política de intervenção direta conhecida como Big Stick (GALDIOLI, 2008).

Entretanto, além de apoio técnico, o Brasil demandava recursos estadunidenses para financiar o desenvolvimento econômico do país (MONIZ BANDEIRA, 2011; 2007; RIBEIRO, 2006; HAINES, 1989; HILTON, 1981). Contudo, a administração de Eisenhower se mostrava pouco flexível em relação à flexibilização de suas exigências para facilitar o crédito ao Brasil: demandava reformas que liberalizassem o mercado e não queria que fossem feitos empréstimos de governo para governo, mas para incentivar a ampliação do setor privado na economia. Leitura que coaduna com relatório da própria USAID (1986). Nesse sentido, a USAID (1986) aponta que as escolas de negócio foram utilizadas na promoção da empresa privada.

Contudo, o desenvolvimento econômico brasileiro colocava a necessidade de se equilibrarem o investimento estrangeiro e a ação do Estado a fim de otimizar o processo desenvolvimentista (MONIZ BANDEIRA 2007; 2011). Isso, embora a ação do Estado brasileiro na economia fosse contra os interesses das empresas privadas dos EUA (como as petrolíferas e mineradoras, por exemplo) e, também, do governo estadunidense (MONIZ BANDEIRA, 2007; 2011; HAINES, 1989).

O governo estadunidense também tendia a considerar todos os posicionamentos desviantes do liberalismo que defendia como uma ameaça (HAINES, 1989; MONIZ BANDEIRA, 2011; 2007; HILTON, 1981). Entretanto, é bastante plausível acreditar que as acusações de “comunismo” fossem mera cortina de fumaça para defender o interesse das multinacionais sediadas nos EUA. Moniz Bandeira (2011, p. 123) afirma: “Os matizes e as profundas diferenças, no caso, pouco importavam aos Estados Unidos, uma vez que o nacionalismo ou o comunismo se lhes equivaliam, na medida em que ambos contrariavam os interesses dos seus capitais privados no estrangeiro”.

Dalio e Miyamoto (2010) e Ribeiro (2006) apontam que o período de administração do republicano Dwight Eisenhower (1953-1961) foi um período de latência nas iniciativas de apoio estadunidenses entre 1953 e 1960. Eisenhower busca mudar a tônica das relações daquele país com os países das Américas Central e do Sul e intentava propor empréstimos ao invés de conceder fundos aos países em desenvolvimento.



---

## Os programas de apoio Estados Unidos-Brasil

Fischer (1985) aponta que a cooperação técnico-financeira entre o Brasil e os Estados Unidos tem início em 1945, embora as primeiras bolsas de estudos para brasileiros tenham sido concedidas em 1942, segundo a autora. A data apontada pela USAID (1986) para os primeiros contratos de assistência ao Brasil coincide com os apontamentos de Fischer (1985). No documento é apontado, ainda, que a *Agency for International Development*, propriamente dita, opera no país apenas entre 1961 e 1974, tendo embarcado em programas de larga escala para suportar o desenvolvimento do país a partir de 1962. Fischer (1985) afirma que, datando de 1946, o primeiro acordo entre o Brasil e os EUA tinha como intuito equiparar escolas técnicas de diferentes estados do país. Outros acordos, contudo, sucederam a estes e permitiram o envio de pessoal técnico estadunidense para o país e treinamento de pessoal no Brasil e concessões de bolsas nos EUA.

O período histórico em que analisamos o apoio técnico, visando transferência de saberes e modelos administrativos do Brasil para os Estados Unidos, se estende dos primeiros anos de 1950 até meados da década de 1960. Pode-se dizer que o marco inicial para estas transferências é anterior ao estabelecimento da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) em 1952, que foi a primeira a aprovar um curso superior em Administração no Brasil, sendo seguida pela FACE/UFMG. Isto porque o auxílio dos EUA e da ONU para a criação da graduação data pelo menos de 1951, com um curso especial. Contudo, a criação da EBAP se delineava desde antes, uma vez que já em 1949 em Lake Success (EUA) foi realizada uma reunião sob o auspício da ONU para discutir a criação da escola (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 1974a; 1974b).

Os programas de apoio estadunidense se davam no âmbito do Ponto IV, estabelecido pelo Presidente dos EUA Harry Truman. O Ponto IV foi responsável por dar novo ânimo às ações de cooperação bilateral dos Estados Unidos para com o Brasil e foi desenhado para um cenário de escassez de recursos financeiros que seriam compensados pelos apoios técnicos oferecidos. Isso fica evidente no documento do Departamento de Estado dos EUA (DEPARTMENT OF STATE, 1951) que explica o programa:

O programa do ponto IV, que é operado sob a direção da Technical Cooperation Administration, é um empreendimento de longo termo de relativamente baixo custo. Ele foi elaborado para levar experiência e know-how americanos diretamente para outros povos de países subdesenvolvidos. Nós estamos procedendo num ritmo moderado, enquanto tateamos nosso caminho com cuidado. Técnicas devem ser desenvolvidas e técnicos adequados devem ser encontrados para as mais diferentes condições.

O presidente dos Estados Unidos à época, Harry Truman (1951), em discurso sobre o programa em 1951, afirmou: “O programa do Ponto IV é parte da defesa do mundo livre”. Ou seja, o interesse principal dos Estados Unidos não era somente a promoção do desenvolvimento dos países que recebiam o apoio, mas também abafar o apelo comunista nos países sob a esfera de influência dos EUA: “o comunismo não pode ser detido apenas com instrumentos de guerra. Uma de suas armas mais poderosas é o falso apelo que faz a pessoas que estão sobrecarregadas pela fome, doença, pobreza e ignorância” (TRUMAN, 1951).

Dentro do Ponto IV o Brasil assinou diversos acordos, dentre eles o Acordo Básico de Cooperação Técnica (BRASIL, 1950) e o Acordo Sobre Serviços Técnicos Especiais (BRASIL, 1953b) que o complementa. Foram trazidos professores e técnicos ao Brasil a fim de contribuir, dentre outras coisas, com a criação dos cursos de Administração Pública em instituições brasileiras (FISCHER, 1985). Isto, segundo Fischer (1985), antes de tais acordos terem sido homologados pelo congresso, o que só teria se dado em 1959 (SENADO FEDERAL, 1975; BRASIL, 1959a; 1959b; 1961). A autora afirma que “a partir de 1950, definem-se já os *agreements for technical cooperation* atingindo ensino de nível superior” (FISCHER, 1985, p. 166).

No programa da Comissão que se estabeleceu para tratar especificamente de questões ligadas à Administração Pública, a Comissão Consultiva de Administração Pública (BRASIL, 1953a), presidida por Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getulio Vargas (FGV) e contando com a participação de

Orlando M. Carvalho da Universidade de Minas Gerais (UMG, atual Universidade Federal de Minas Gerais) – ambas instituições que se beneficiaram do acordo – lê-se que:

A Comissão Consultiva de Administração Pública (C.C.A.P.) composta de personalidades brasileiras ligadas a entidades governamentais e instituições educativas tem como objetivo promover a melhoria da administração pública no Brasil, em todos os níveis de governo. [...] trabalha a Comissão em estreita colaboração com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico e com as autoridades administrativas de todos os órgãos governamentais que desejem utilizar seus serviços.

A CMBEU estabelecida no final do governo Dutra iniciou seus trabalhos apenas em 1951 (BRASIL, 1951). A Comissão foi responsável por articular a vinda de um professor/consultor à FACE/UFMG em 1953, que deveria analisar e sugerir modificações para o Curso Superior de Administração Pública, que era geminado ao curso de Sociologia e Política na faculdade (MAUCK, 1954). O curso foi estabelecido tendo por base o curso da EBAPE, como aponta Cunha (1953).

Possivelmente Mauck foi um dos primeiros professores estrangeiros a aportar no Brasil, e sua vinda é fruto de pedido do diretor da faculdade, à época Yvon Leite de Magalhães Pinto, que foi intermediado pelo professor Orlando M. de Carvalho (CUNNINGHAM, 1954), que era membro da comissão entre Brasil e EUA para Administração Pública. Segundo J. Lyle Cunningham, chefe da divisão de Administração Pública e de Empresas, o pedido foi protocolado no outono de 1952, quando ele iniciou as negociações com o então diretor da faculdade. Interessante que em seu relato Elwyn Mauck aponta que o apoio ao referido curso se deu para estimular o desenvolvimento da área também em outras universidades brasileiras.

Já em 1954, a FGV recebeu apoio via programa do Ponto IV para o estabelecimento da EAESP (ALCADIPANI e BERTERO, 2012a). Alcadipani e Bertero (2012a) afirmam:

O Ponto IV, adicionalmente, teve papel preponderante na direção da escola e nas decisões estratégicas, nos primeiros 10 anos de sua existência, porque dividia equitativamente o poder com a FGV no Conselho de Administração. Ao que tudo indica, o interesse dos EUA era criar uma escola de administração capaz de caminhar com suas próprias pernas, porém adotando o modelo norte-americano, e, ainda, que ela formasse profissionais que pusessem o desenvolvimento e a modernização com base em uma visão norte-americana (ALCADIPANI e BERTERO, 2012, p. 296).

Assim, como podemos ver, os primeiros cursos superiores em Administração brasileiros receberam apoio direto dos Estados Unidos, que buscavam ativamente exportar não apenas as teorias estadunidenses, mas também o mesmo modelo de escola superior. Alcadipani e Bertero (2012a) apontam que a EAESP deveria servir de modelo para outras escolas no Brasil e na América Latina. Ao mesmo tempo, a EBAPE desde o início oferecia cursos para pessoas de outros países da América Latina e servia para influenciar o desenvolvimento de escolas nessas nações. Cabe salientar, contudo, que o apoio a EBAPE foi mediado pela ONU, que mantinha um programa de disseminação de escolas de Administração, não necessariamente superiores, a fim de potencializar o desenvolvimento econômico dos países considerados subdesenvolvidos (ONU, 2008; WU, 1969).

No mesmo sentido é interessante a menção no documento *Report to Congress on the Mutual Security Program* (WHITE HOUSE, 1955) dentre diversos outros apoios, do interesse crescente de repúblicas da América Latina por programas de Administração Pública, que já havia sido solicitado por 15 países em 1955. No mesmo documento há menção ao recém-implantado curso de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Embora se limite a mencionar aspectos gerais do curso, é significativo e deixa pouca margem para dúvidas a menção ao referido programa neste relatório que tais auxílios técnicos se vinculavam também ou, mesmo, principalmente, à área de defesa.

Havia sempre uma tensão em relação ao apoio estadunidense aos países considerados “subdesenvolvidos”. Se por um lado o desenvolvimento era considerado como um elemento necessário para evitar a “perda” dos países para o comunismo, por outro poderia incitar concorrência com produtos dos Estados Unidos interna e externamente e, futuramente, estimular posições mais independentes por parte dos países que receberam ajuda. Nesse sentido, é interessante observar que há recorrentes menções à importância de se disseminarem os valores estadunidenses por meio dos cursos, como no relatório de Storm e Markey (1959) sobre a experiência de apoio técnico a EBAPE.

---

### **A Guerra-Fria, os saberes administrativos e os primeiros cursos superiores em Administração brasileiros**

Os cerca de quinze anos que se seguiram à II GM foram um momento de consolidação das características que o saber administrativo adquiriria, pontuado ainda pela publicação dos relatórios sobre o ensino de Administração da Fundação Ford e da Fundação Carnegie em 1959 (KHURANA e SPENDER, 2012). O relatório patrocinado pela Fundação Ford é intitulado *Higher Education for Business* e tem como autores Robert Aaron Gordon e James Edwin Howell (ficando também conhecido como “Relatório Gordon-Howell”). Zimmerman (2001) aponta que a Fundação Ford se interessou por estimular a Administração nos EUA e seu ensino durante a Guerra da Coreia. Almejava-se que estes estímulos servissem como meio de combater o comunismo ao fortalecer o ideário administrativo. O texto patrocinado pela Fundação Carnegie *The Education of American Businessmen: A Study of University-College Programmes in Business Administration* foi escrito por Frank Pierson (KHURANA e SPENDER, 2012).

É inegável que a Guerra-Fria foi um componente do cenário em que o *management* tomou seus contornos. A influência daquele momento histórico na construção das teorias administrativas em seu “momento formativo” (RUNTÉ e MILSS, 2006) fez com que diversas teorias como a de Abraham Maslow, na área de recursos humanos, ou de Igor Ansoff, na área de estratégia, fossem diretamente influenciadas pela disputa ideológica entre os EUA e os países do bloco comunista (COOKE, MILLS e KELLEY, 2005).

O contexto da Guerra-Fria influenciou a estruturação da Administração, assim como todo o ambiente intelectual estadunidense da época (COOKE e MILLS, 2008; GRANT e MILLS, 2006). Nesse período a disciplina fortaleceu seus laços com a academia, ampliando a sofisticação das suas teorias, seja pela incorporação de teorias advindas de outros campos do saber, seja pelo desenvolvimento de pesquisas mais rigorosas na área (KHURANA e SPENDER, 2012; MARCH, 2007; AUGIER, MARCH e SULLIVAN, 2005; LOCKE, 1996). Surgem, também, as teorias que ainda estão entre as mais difundidas neste campo do saber, como a teoria sistêmica e a teoria da contingência que permanecem centrais nas discussões contemporâneas. (KELLEY, MILLS e COOKE, 2006).

No momento histórico em questão é possível notar um recrudescimento da intolerância em relação a qualquer coisa que pudesse remeter ao comunismo ou, quase a mesma coisa, que pudesse ser antiamericano (LANDAU, 2006). Ainda que possuidor de contradições internas, o *American Way of Life* passou a pautar os esforços governamentais, criando a imagem de uma cultura “americana” específica, que excluía todo o resto como sendo “antiamericano” ou não americano, classificação que servia para hierarquizar desde pessoas até culturas inteiras (COOKE, MILLS e KELLEY, 2005). Ao mesmo tempo, quaisquer elementos que remetesse à “esquerda” tendiam a ser expurgados das teorias (COOKE, 1999).

Nesse sentido, entendemos que, quando os cursos superiores em Administração são criados, seria incontornável que eles fossem influenciados pela batalha ideológica que acontecia. Como já dito, os cursos da FGV (MACHADO, 1966), bem como o curso da FACE/UFMG contaram com o apoio estadunidense para se estabelecerem. Isso, embora eles se dessem de diferentes maneiras, tendo a EBAPE sido apoiada pela ONU e a EAESP, principalmente, por técnicos vinculados à Universidade de Michigan. Ambas as escolas receberam, ainda, bolsas de estudo para aperfeiçoar seu pessoal. A FACE/UFMG, por outro lado, contou apenas com o apoio do consultor estadunidense Elwyn A. Mauck (MAUCK, 1954).



Assim, o apoio à implantação da EBAPE por parte dos Estados Unidos e da ONU foi a primeira iniciativa visando implantar cursos superiores em Administração no Brasil. A iniciativa se inscrevia num programa mais geral de acordo entre os EUA e a ONU, visando promover o ensino em Administração (WU, 1969). Já em 1948, com a resolução 246 (III) da Assembleia Geral (ONU, 1951), a ONU estabeleceu um programa de apoio técnico que intentava exportar práticas de administração, especialmente para os países “subdesenvolvidos”. Já em 1949 se iniciou a concessão de bolsas a funcionários públicos de alguns dos países membros, com vistas a transmitir conhecimentos técnicos e preparar o ambiente para futuros centros de treinamento locais. O projeto *The United Nations Programme on Public Administration, Finance and Development* ou *United Nations Programme on Public Administration or the Programme* permanece ativo ainda hoje.

Uma das principais atividades do Programa das Nações Unidas em Administração Pública foi de estabelecer centros de administração pública, em sua maioria para propósitos de treinamento, em níveis nacional e regional. Durante a primeira metade dos anos 1950, vários centros de treinamento e institutos de administração pública foram criados nacional e localmente. [...] No final dos anos 1950, mais de 40 institutos nacionais de administração pública já estavam ativos em todo o mundo e no princípio dos anos 1960 este número já tinha dobrado para quase 80. As Nações Unidas proveram assistência para 24 dos 80 institutos, aproximadamente um terço daqueles em existência. (ONU, 2008, p.47-48, tradução livre).

Assim, não apenas no Brasil, a trajetória do ensino superior em Administração no País ficou marcada por saberes advindos dos Estados Unidos, muitas vezes exportados com o auxílio da ONU. Isso pode ser observado, por exemplo, nos modelos de escola que se queria replicar, no ambiente de formação dos professores e nos autores utilizados na elaboração de argumentos “científicos” e que tinham, em geral, uma concepção de ciência chancelada pela academia estadunidense. Embora apelos para as peculiaridades de cada país sejam visíveis em alguns documentos que tratam da exportação de conhecimentos, percebe-se também a existência, por exemplo, da noção de desenvolvimento por etapas formulada por W. Rostow.

Desde o princípio a Escola de Administração Pública da FGV foi utilizada para espalhar as técnicas lá implementadas por outros países da América do Sul. Já no primeiro curso experimental ministrado em 1951 diversos alunos eram oriundos de outros países. Bertrand (1952, p. 740) traça um panorama das primeiras atividades da EBAP com apoio da ONU, elencando os cursos provisórios que foram ministrados entre novembro de 1951 e março de 1952. Dos cinco professores dos cursos quatro eram mantidos pelo acordo de assistência técnica entre Brasil e Estados Unidos, e um havia sido enviado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Assim, é interessante notar que também a ONU se envolveu ativamente na exportação de saberes administrativos. Tal é confirmado pelo relatório da organização sugiro a qual atesta que as verbas da ONU para a disseminação do ensino de Administração Pública eram alocadas na mesma rubrica da assistência para o desenvolvimento econômico (ONU, 1952). Segundo consta em relatório preparado pela USAID (1968), a Fundação Getúlio Vargas recebeu apoio da ONU de 1951 até 1958. Em 1959 o apoio da agência estadunidense substituiu o oferecido pela ONU (USAID, 1967).

Durante esse período foram oferecidas a EBAPE bolsas de estudos para que estudantes de diversas partes do país pudessem se qualificar e desenvolver suas habilidades nos EUA. Dentre os oito escolhidos em 1952 para receber treinamento no exterior, na *University of Southern California*, boa parte vinha da área de direito (STORM e MARKEY, 1959). Neste contrato, os relatórios financeiros deveriam ser enviados ao *Institute of Inter American Affairs*, que mostra que o instituto coordenava também esta parceria entre a FGV e a universidade estadunidense.

Para Bertero (2009, p. 6), “[n]ão resta dúvida que a administração chega ao Brasil num momento de expansão da influência norte-americana, seja diretamente, seja através da capacidade norte-americana de influenciar por vezes decisivamente organismos internacionais”. Maranhão (2010), no mesmo sentido,

aponta a influência dos estadunidenses, como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento do ensino superior brasileiro. Storck (1983, p. 58), por sua vez, afirma que “a administração apresenta-se, no Brasil, como a mais americana das disciplinas.”

Alcadipani e Bertero (2012a, p. 297) vão além:

o aspecto não abordado pela literatura é a perspectiva norte-americana do interesse dos EUA na criação, do desenvolvimento e da propagação do ensino do *management* no Brasil. Aqui a Guerra-Fria é fundamental. O fato de o Ponto IV ser um programa gestado dentro de uma necessidade estratégica dos EUA na Guerra-Fria e, ainda, de ele ter tido uma influência crucial na concepção, criação e desenvolvimento da EAESP mostra que o contexto da Guerra-Fria afetou, sobremaneira, a criação daquele que foi o grande centro irradiador de *management* para o Brasil e para toda a América Latina durante o final dos anos 1950 e meados dos anos 1960.

Fischer (2001, p. 124) destaca que:

Em 9 de março de 1959, foi assinado um convênio muito importante para a área de administração, de conformidade com o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, entre o Brasil e os Estados Unidos, firmado em 1953, designado por PBA-1. O projeto daí decorrente foi designado como Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas, criando escolas de administração na Fundação Getulio Vargas (São Paulo, sendo reforçada a escola já existente no Rio de Janeiro), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O acordo assinado em 1959 trouxe professores da Universidade de Michigan e da Universidade da Carolina do Sul para lecionar nas escolas da FGV. Ambas centralizavam os recursos e serviram como o modelo que as outras faculdades deveriam seguir. A relação hierárquica entre as escolas da FGV e os outros cursos era clara, e isso incomodou o diretor da FACE/UFMG, que alegou tal diferenciação como o motivo central para sua escola ter saído do acordo.

A Universidade de Pernambuco, por sua vez, chegou a ser selecionada, mas não fechou o acordo. Segundo Taylor (1968) e Siegel (2010), os pernambucanos abandonaram o acordo devido à pressão estudantil, fator que pode ter contribuído, também, para a saída dos cursos estabelecidos na UFMG (BARROS, 2013). Em relação ao curso da capital pernambucana, Machado (1966) afirma que à época em que escreveu o livro a escola estava em tratativas com a SUDENE e com a USAID para que o curso, fundado em 1959, recebesse apoio das duas instituições. Não se deve desconsiderar a mudança de cenário provocada pelo regime militar e que provavelmente influenciou o cenário interno do curso.

Em relação aos outros cursos, das escolas da Universidade da Bahia, do Rio Grande do Sul, EBAP e EAESP, Siegel (2010, p. 389, tradução livre) afirma:

Oito professores deveriam ser disponibilizados para trabalhar no Brasil e eles deveriam ser alocados da seguinte maneira: A Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro que serviria como o centro nacional de treinamento para administração pública (quatro professores); A Escola do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Rio de Janeiro (dois professores); A Universidades da Bahia [hoje UFBA], Salvador, e a Universidade do Rio Grande do Sul [atual UFRGS], Porto Alegre (um professor cada). A Universidade do Recife em Fortaleza [*sic*] [o correto seria Universidade Federal de Pernambuco, em Recife] foi selecionada, mas eliminada pela AID [USAID] devido à resistência do corpo estudantil.

A resistência dos estudantes e, mesmo, de parte do corpo docente para com acordos celebrados com instituições estadunidenses são mencionados também no relato de Taylor (1968). Aparentemente, tanto nas

escolas da FGV quanto nas outras, com especial menção a Fortaleza, onde o acordo foi barrado, segundo os autores, havia forte sentimento de rejeição a associações com os Estados Unidos. Também na FACE/UFMG é bastante plausível supor que a resistência do corpo discente foi outro elemento que contribuiu para que a Faculdade desistisse do acordo.

Contudo, a efetividade da estratégia estadunidense não pode ser colocada em xeque. Alcadipani e Bertero (2012a, p. 256) afirmam que “Na realidade, o Ponto IV usou a EAESP como base para fornecer apoio para a criação de escolas de administração (dar assistência técnica) no Nordeste (UFBA) e Sul do Brasil (UFRGS).” Bertero (2009) salienta que a USP, ao criar o curso entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, calçou seu projeto na mesma fonte que a EAESP. Ao analisar os documentos que encontramos, vemos também que a USP vinha recebendo recursos de fontes estadunidenses desde 1954 e que estes contribuíram com o estabelecimento de seu curso de Administração (USAID, 1986). Taylor (1968) elenca que a intenção dos EUA foi atingida, na medida em que escolas sofreram influência direta ou indireta, via EAESP, UFRGS, ou UFBA, na criação de seus cursos. Ao mesmo tempo, um outro acordo estabelecido com a França em 1959, também para o intercâmbio de experiências e conhecimentos na área de Administração, especialmente na pública, teve aparentemente menos impacto (BRASIL, 1959c).

A posição de dominância da EAESP, principalmente, ampliou sua legitimidade no cenário nacional e a colocou como centro de irradiação do curso superior em Administração no Brasil, como indica, dentre outros, Wolgan Schoeps, em entrevista concedida nos cinquenta anos da escola (SCHOEPS, 2004). Pode ser observado que a instituição atuou ativamente para se colocar como modelo no estabelecimento das diretrizes curriculares mínimas do curso de Administração (TAYLOR, 1968). Além disso, a EAESP estabeleceu a primeira pós-graduação em Administração no país, promovendo a formação de novos quadros a partir da escola. Neste sentido, Martins (1989, p. 667) aponta a ligação entre as escolas da FGV e instituições estrangeiras já estabelecidas nos Estados Unidos:

centro hegemônico, que ocupa uma situação central na produção e circulação de conhecimentos da área em questão, contribui para fornecer uma caução acadêmica a estas escolas, sobretudo em sua etapa inicial, permitindo-lhes ocupar, com o passar do tempo, uma posição dominante no funcionamento dos cursos de administração na sociedade brasileira.

Os autores do relatório do programa de apoio técnico oferecido pela *University of Southern California* apontam um dado relevante em relação à percepção de proximidade cultural entre o Brasil e os Estados Unidos:

O programa brasileiro foi potencializado pelo fato de o Brasil ser uma nação ocidental com uma herança cultural similar à dos Estados Unidos. Há no Brasil uma acentuada tendência em admirar os padrões culturais dos Estados Unidos. Esta familiaridade cultural era, ao mesmo tempo, um aspecto positivo e uma limitação. Ministrar aulas e as relações pessoais foram facilitadas, mas a significância das diferenças culturais foi minimizada (STORM e MARKEY, 1959, p. 14, tradução livre).

Contudo, ainda que fosse percebida certa proximidade cultural entre ambos os países, um dos fatores analisados para se avaliar a efetividade do curso era a mudança nos valores e atitudes fundamentadas na cultura brasileira. Percebemos isso nos documentos que relatam as experiências de implantação das escolas no Brasil. Lembramos ainda que neste período o *American Way of Life*, ainda que possuidor de contradições internas, era norteador de esforços governamentais, criando a imagem de uma cultura americana específica e bem delineável que servia como produto de exportação (PARMAR, 2002)..

O “excepcionalismo” dos EUA, que contribuiu sobremaneira na formação do corpo de saber administrativo (JACQUES, 1996), era, também, elemento utilizado para fortalecer um “credo” na Administração. Alcadipani e Bertero (2012a, p. 295) apontam que “Os diferentes exemplos mostram o alinhamento da EAESP com a ideia de progresso e desenvolvimento que estava relacionado, ao menos para os EUA, com

uma forma de combater o comunismo. Nesse sentido, os relatos evidenciam que o acordo para auxiliar a criação da EAESP aparece como um instrumento a favor de uma imagem positiva dos EUA dentro do Brasil.”

Os programas de apoio técnico, como mostra, por exemplo, o relatório de Storm e Markey (1959), objetivavam transmitir conhecimentos, mas também provocar mudanças sobre a imagem dos EUA e as qualidades de suas instituições. Dentre outros elementos eram feitos testes na entrada do aluno no curso e na saída para se captar a mudança de posicionamentos.

---

## Considerações Finais

O presente trabalho tem o objetivo de avançar nas discussões sobre como as relações entre o Brasil e os Estados Unidos influenciaram no estabelecimento dos cursos superiores em Administração no Brasil. Com foco nos acordos que visavam à implantação e à consolidação do ensino superior em Administração no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, pretendemos deixar claro que, como instrumento da política bilateral entre os países, os acordos que impulsionaram o desenvolvimento do ensino de Administração no nível superior no país trazem consigo uma lógica que não pode ser ignorada. Entretanto, sabemos que os efeitos diretos em cada um dos cursos devem ser estabelecidos por trabalhos específicos, como os que vêm sendo realizados por Alcadipani e Bertero (2012a; 2012b).

Ao mesmo tempo, salientamos que os próprios conhecimentos que eram ministrados nestes cursos estavam passando por um momento de reformulação e sofriam profunda influência do ambiente intelectual estadunidense à época. Neste sentido, a Guerra-Fria não apenas estimulou a implantação de cursos que pudessem ajudar o Brasil a se “desenvolver” para se livrar da ameaça comunista, mas também exerceu influência indelével sobre os próprios elementos que constituiriam a Administração enquanto campo de saber. No Brasil, essa possível influência já era notada por Durmeval Trigueiro (1966), relator do Currículo Mínimo da disciplina, que foi estabelecido em 1966, período posterior ao que abarcamos neste trabalho:

A influência americana tem sido bastante significativa, inclusive nos seus reflexos sobre a experiência brasileira. [...] No caso de Administração, corremos o risco de fixarmos sobre hipóteses transplantadas de fora para cá. As ciências psicossociais no currículo de Administração, destinadas a vinculá-la às condições de cada país, passariam a ter efeito contrário se nos impusessem modelos inspirados em contextos diferentes dos nossos. Só o método de pesquisa, como meio de elaboração criadora, e a formação de um repertório bibliográfico próprio podem impedir as distorções que a assistência técnica e o material de informação, de procedência estrangeira, especialmente americana, seriam capazes de provocar em nosso país (TRIGUEIRO, 1966, s. p.).

Alcadipani e Bertero (2012b) apontam que a EAESP, apesar de ter recebido um amplo apoio dos EUA para seu estabelecimento, desenvolveu um modelo híbrido adaptado pelos professores brasileiros à realidade local. Nesse sentido, seria interessante que se desenvolvessem outros trabalhos que buscassem investigar as realidades das diferentes faculdades receptoras de apoio, como a tese que ensejou a presente discussão. Contudo, salientamos que consideramos que este trabalho contribui, exatamente na abordagem macro dos temas tratados, destacando a necessidade de compreendermos os contextos locais à luz do contexto mais amplo em que se inseria.

Assim, embora o trabalho traga apenas uma visão panorâmica de um período relativamente curto de tempo, acreditamos que ele traz uma contribuição relevante para a academia. Até porque não há muitos outros trabalhos partindo das mesmas bases de discussão e abordando o mesmo conjunto de temas. Ao mesmo tempo em que se flerta com o debate sobre a importância da história na compreensão da contemporaneidade, traz também um conjunto de documentos que podem ser posteriormente analisados para que novas discussões sejam elaboradas. A presença da quase totalidade desses documentos na *internet* abre espaço para

que novos trabalhos avancem na abordagem dos tópicos referentes às influências dos EUA no estabelecimento do ensino superior em Administração no Brasil.

Fica também em aberto a possibilidade de trabalhos futuros se dedicarem de forma mais detida a analisar as resistências que emergiam dos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos. As informações levantadas dão conta de que, apenas no que concerne ao corpo discente, foram observadas reações negativas nas escolas da FGV, da UPE e, possivelmente, da UFMG. Parte dessas resistências era oriunda das associações de economistas que temiam perder espaço para o novo profissional que seria formado nos novos cursos (ver, por exemplo, ALCADIPANI e BERTERO, 2012a e ANDERSON, 1987), mas outra parte era especificamente contra o apoio dos Estados Unidos a estas instituições.

Como mostra, dentre outros, Stoller (2009), um aspecto fundamental da dominação e colonização dos países passa pela formatação de suas instituições. Não podemos, assim, desconsiderar os possíveis efeitos advindos das práticas acionadas pelos egressos dessas escolas na conformação das instituições do país. Certamente eles não foram os únicos a exercerem influência sobre o ambiente institucional do país, mas parece claro que são um elemento a ser considerado. Nesse sentido, como apresentamos, um dos objetivos dos EUA ao exportar conhecimentos e práticas era, justamente, contribuir para o estabelecimento de um ambiente mais favorável às ideologias com as quais se alinhavam.

Num momento em que vem se estabelecendo discussões que colocam em foco a necessidade de se desenvolverem perspectivas a partir do sul (WANDERLY e FARIA, 2012; ALCADIPANI, KHAN, GANTMAN et al, 2012), é relevante colocar o próprio conhecimento sob análise a partir de um olhar histórico a fim de entender seu aparecimento e seu desenvolvimento. Dessa maneira, acreditamos ser possível desenvolver um olhar mais adequado aos desenvolvimentos locais, desvelando processos que muitas vezes ficam encobertos na medida em que apenas se replicam conhecimentos desenvolvidos fora, ignorando processos locais, como os discutidos por Curado (2001), Zanetti e Vargas (2007) e Frenkel (2009). Ao fazer isso, abrimos espaço para ampliar a compreensão das realidades locais e pensar em novas práticas (e conhecimentos) para nelas agir.

Entendemos, por fim, que essa consideração é ainda mais pertinente, se utilizada para questionar nossa academia, que recorrentemente se queixa de “falta de originalidade” e por ser “americanizada”. Esses aspectos estão enraizados na própria formação da Administração enquanto campo de saber, não apenas no país, mas no mundo e, para enfrentá-los, é necessária postura que deixe às claras as estruturas de produção e difusão de conhecimentos, como apontam, por exemplo, Ibarra-Colado, Faria e Guedes (2010). Para que um saber mais autoconsciente seja construído e fortalecido, devemos refletir sobre a constituição da própria área e sobre como as influências de modelos estrangeiros são recebidas e articuladas.

---

## Referências

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio-junho, 2012a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Uma escola norte-americana no Ultramar? Uma historiografia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo na Fundação Getúlio Vargas. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2012, Rio de Janeiro. **Anais do EnANPAD**, 2012b.

\_\_\_\_\_. CALDAS, M. Americanizing Brazilian Management. **Critical Perspectives on International Business**, v. 8, n.1, p. 37-55, 2012.

\_\_\_\_\_; COOKE, B. Microcosm of Americanization: writing text books at the Sao Paulo School of Business Administration (FGV-EAESP), Brazil. In: EGOS Colloquium, 2010, Lisboa. **EGOS Colloquium Proceeding**, 2010. v. 1.



\_\_\_\_\_. The Case of the Missing Textbooks or The Textbook Case? Americanization in Microcosm. In: Academy of Management Meeting, 2011, San Antonio. **Proceedings...**, 2011.

\_\_\_\_\_ et al. Southern voices in management and organization knowledge. **Organization**, London, v. 19, p. 131-143, Mar., 2012.

ANDERSON, D. **Management education in developing countries: the Brazilian experience**. Boulder: Westview Press, 1987.

ARAÚJO, I. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2008. 2ª Ed.

AUGIER, M.; MARCH, J.; SULLIVAN, B. Notes on the evolution of a research community: organization studies in Anglophone North America, 1945-2000. **Organization Science**, v. 16, n. 1, p. 85-95, 2005.

BARROS, A. N. O Desenvolvimento das Escolas Superiores de Administração: os saberes administrativos brasileiros no contexto de hegemonia estadunidense. In: XXV Encontro da Anpad, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XXXV Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. p. 1-17.

\_\_\_\_\_. **Uma narrativa sobre a história dos cursos de administração da FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV?** Tese, doutorado em administração. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

BERTERO, C. **Pesquisa e ensino em administração**. São Paulo: EAESP/FGV, 2009. 115p. (Relatório de pesquisa 11/2009).

BERTRAND, A. The International Seminar at Rio de Janeiro on Public Administration Problems. In: Unesco. **International Social Sciences Bulletin**. v. 4, n. 4, p. 739-744, 1952. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000596/059694eo.pdf>>. Acesso em 18/10/2012.

BRASIL. **Acordo Básico de Cooperação Técnica Entre o Brasil e os EE. UU. América**. 19 de dezembro de 1950. Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b\\_39/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_39/)> Acesso em 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**. Seção 1, página 8. 19 de julho de 1951. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2620233/dou-secao-1-19-07-1951-pg-8/pdf>>. Acesso em 19/10/2012.

\_\_\_\_\_. **Acordo Sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais entre o Governo [sic] dos Estados Unidos da América e o Governo [sic] dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1953. Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b\\_17/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/)>. Acesso em 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. Comissão Consultiva de Administração Pública. **Programa da Comissão Consultiva de Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro. 1º de março de 1953, 35p.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 45.660**. 30 de Março de 1959. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45660-30-marco-1959-384928-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08/10/2012.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**. Página 8, seção 1, 20/11/1959. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3076951/dou-secao-1-20-11-1959-pg-8/pdfView>>. Acesso em 08/10/2012.

\_\_\_\_\_. Coleção de Atos Internacionais. N.º 448. Brasil – França. **Acordo Sobre Cooperação Técnico-Administrativa**. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1959. Disponível em <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1959/b\\_9/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1959/b_9/)>. Acesso em 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 50.420**. 7 de Abril de 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=113284>>. Acesso em 08/10/2012.

COOKE, B. Writing the Left out of Management Theory: The Historiography of the Management of Change. **Organization**, v. 6, n. 1, p. 81-105, Feb. 1999.

\_\_\_\_\_. The Management of the (Third) world. **Organization**, v. 11, n. 5, p. 603-629, 2004.

\_\_\_\_\_. Managerialism as knowing and making Latin America: International development management and world bank interventions. In: FARIA, A.; GUEDES, A. (Eds.). **International Management and International Relations A Critical Perspective from Latin America**. London: Routledge, 2010. p. 161-184.

\_\_\_\_\_; MILLS, A. J. The right to be human and human rights: Maslow, McCarthyism and the death of humanist theories of management, **Organizational History**, v. 3, n. 1, p. 27-47, 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; KELLEY, E. S. Situating Maslow in Cold War America: a recontextualization of management theory. **Group & Organization Management**, v. 30, n. 2, p. 129-152, 2005.

CORAIOLA, D. M. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 254-269, junho, 2012.

COSTA, A. M. da; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set., 2010.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1991.

CUNHA, R. de A. A universidade ao tempo de seu jubileu de prata. **Revista da Universidade de Minas Gerais**, n.10, p.7-11, maio, 1953.

CUNNINGHAM, J. L. Preface. In: Elwyn A. Mauck. **The Establishment of a Public Administration Training Program in the School of Economic Sciences U.M.G.** under a project agreement between The Institute of Inter-American Affairs and the University of Minas Gerais, Brazil. The Institute of Inter-American Affairs, 1954.

CURADO, I. B. Pesquisa Historiográfica em Administração: uma proposta metodológica. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXV. Campinas, 2001. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2001.

DALIO, D. J.; MIYAMOTO, S. O Governo Vargas e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, momento formativo. **Ideias**, v. 1, p.151-181, 2010.

DEPARTMENT OF STATE. **Point 4: what is and how it operates**. Washington, July, 1951. 20p. Disponível no site: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PDACR484.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACR484.pdf)>. Acesso em 20/09/2012.

DWIVEDI, O. P.; NEF, J. Crises and continuities in development theory and administration: first and third world perspectives. **Public Administration and Development**, v. 2, n. 1, p. 59-77, 1982.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1945). Franklin D. Roosevelt. **Executive Orders**. Disponível em: <<http://www.archives.gov/federal-register/executive-orders/1945-roosevelt.html>>. Acesso em 25/10/2012.

FEATHERSTONE, M. 'Archive', **Theory Culture Society**, v. 23, p. 591-596, 2006.

FISCHER, T. O ensino de administração pública no Brasil: da tutela estrangeira à autonomia necessária. In: Reunião nacional da Anpad, Belo Horizonte, 1985. **Anais...** Florianópolis-SC: 1985. Ed. da UFSC, 1985. p. 165-170

\_\_\_\_\_. A Difusão do conhecimento Sobre Organizações e Gestão no Brasil: seis propostas para o decênio 2000/2010. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 123-139, 2001.

\_\_\_\_\_; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 4, p. 911-939, jan./ago., 2011.

FRENKEL, M.; SHENHAV, Y. From Americanization to Colonization: the diffusion of productivity models revisited. **Organization Studies**, v. 24, n. 9, p. 1537-1561, 2003.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **O que é, o que faz, como funciona**. FGV: Rio de Janeiro, 1974a.

\_\_\_\_\_. **Fundação Getulio Vargas, 30 anos a serviço do Brasil**. FGV: Rio de Janeiro, 1974b

GALDIOLI, A. **A Cultura Norte-Americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP/PUC-São Paulo: São Paulo, 2008.

GRANT, J. D.; MILLS, A. J. The quiet Americans: formative context, the Academy of Management leadership, and the management textbook, 1936-1960. **Management & Organizational History**, v. 1, n. 2, p. 201-224, 2006.

HAINES, G. K. **The Americanization of Brazil: a study of U.S. cold war diplomacy in the third world.** Wilmington: SR Books, 1989.

HILTON, S. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship. **The Journal of American History**, v. 68, n. 3, p.599-624, 1981.

IBARRA-COLADO, E., FARIA, A.; GUEDES, A. L. Introduction to the special issue on Critical international management and international critical management: perspectives from Latin America. **Critical Perspectives on International Business**, v. 6, n. 2/3, p. 86-96, 2010.

JACQUES, R. **Manufacturing the employee.** London: Sage Publications, 1996.

\_\_\_\_\_. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management and Organizational History**, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006.

KELLEY, E. S.; MILLS, A. J.; COOKE, B. Management as a Cold War phenomenon? **Human Relations**, v. 59, n. 5, p. 603-610, 2006.

KHURANA, R. KIMURA, K.; FOURCADE, M. **How Foundations Think: the Ford Foundation as a dominating institution in the field of American Business Schools.** Working Paper. Disponível em: <<http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/11-070.pdf>>. Acesso em 10/01/2013. 2011.

\_\_\_\_\_; SPENDER, J. C. Herbert A. Simon on what ails business schools: more than 'a problem in organizational design'. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 3, p. 619-639, 2012.

KIESER, A. Why Organization Theory Needs Historical Analyses – and how this should be performed. **Organization Science**, v. 5, n. 4, p. 608-620, Nov., 1994.

LANDAU, O. Cold War political culture and the return of systems rationality, moment formative. **Human Relations**, v. 59, n. 5, p. 637-663, 2006.

LAWRENCE, B. S. Historical Perspective: using the past to study the present. **Academy of Management Review**, v. 9, n. 2, p. 307-312, 1984.

LEBLEBICI, H.; SHAH, N. The Birth, transformation and Regeneration of Business Incubators as New Organisational Forms: understanding the interplay between organisational history and organisational theory. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 353-380, July, 2004.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 2003, p. 1-171. 5ª Ed.

LOCKE, R. **The Collapse of the American Management Mystique.** Oxford: Oxford University Press, 1996.

MACHADO, M. **O Ensino de Administração Pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1966.

MARANHÃO, C. M. **Indústria cultural e semiformação: análise crítica da formação dos administradores.** 2010. 249f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MARCH, J. The study of organizations and organizing since 1945. **Organization Studies**, v. 28, n. 1. p. 9-19, 2007.

MARTINS, C. B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil. São Paulo: **Ciência e Cultura**, v. 7, p. 663 -676, jul., 1989.

MATTOS, P. L. C.; CARVALHO, E. O currículo do curso de graduação em administração da UFPE: reparando sequelas da reforma universitária. In: XVI Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, Canela. **Anais...**, v. 3, p. 90-104, 1992.

MAUCK, E. A. **The Establishment of a Public Administration Training Program in the School of Economic Sciences U.M.G.** under a project agreement between The Institute of Inter-American Affairs and the University of Minas Gerais, Brazil. The Institute of Inter-American Affairs, 1954.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 3ª Ed.

MOTTA, P. R. Administração para o desenvolvimento – a disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública**, v. 6, n. 3, p.39-53, jul./set., 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Special Comitee on Public Administration Problems. **Standards and techniques of public administration** – with special reference for under developed countries. Disponível em <<http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015015206868>>. Acesso em 27/09/2012. New York, p. 67, fev. 1966.

\_\_\_\_\_. **Yearbook of the United Nations**. Economic and Social Questions. 1952. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4e1ee76e0.pdf>>. Acesso em 27/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Contribution of the United Nations to the improvement of public administration** – a 60 –year history. United Nations: New York, 2008. p. 85.

PARMAR, I. American foundations and the development of international knowledge networks. **Global Networks**, v. 2, n. 1, p. 13-30, 2002.

PIERANTI, O. P. A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca de princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, março, p. 1-12, 2008.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7 n. 1-2, p. 67-82, outubro de 1995.

RIBEIRO, R. A. **A Aliança Para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. (Tese, doutorado em ciência política). Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

RUNTE, M.; MILLS, A. J. Cold War, chilly climate: exploring the roots of gendered discourse in organization and management theory. **Human Relations**, v. 59, n. 5, p. 695-720, 2006.

SCHOEPS, W. Decanos da FGV. Entrevista concedida a Françoise Terzian. **GV Executivo**, v. 3, n. 3, ago./out. 2004. Disponível em <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/3483.pdf>>. Acesso em 25/10/2012.

SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Anais. **Decretos Legislativos**. Volume IV, 1956-1959. Brasília. Pp. 707-715. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Decretos/1956,%201957,%201958%20e%201959.pdf>>. Acesso em 08/10/2012. 1975.

SIEGEL, G. The school of public administration involvement in international education and institution building programs. In: CLAYTON, R.; NELSON, E. K.; NEWLAND, C.; JENSEN, C. **Futures of the Past: collected papers in celebration of its more than eighty years** University of Southern California's School of Policy, Planning and Development. Bloomington: Iuniverse, 2010. p. 371-400.

STOLLER, A. L. **Along the archival grain**: epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009.

STORCK, V. Notas para a história da administração brasileira: origens e desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 57-62, 1983.

STORM, W. B; MARKEY, B. **Technical Assistance in Public Administration. The Domestic Role II**: a report on the Brazilian program. University of Southern Carolina 1952-1954. January, 1959, p. 68. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015081239066>>. Acesso em 25/09/2012.

TAYLOR, D. A. **Institution Building in Business Administration**: the Brazilian experience. Michigan: Institute for International Business and Economic Development Studies, Michigan State University, 1968.

TOTA, A. P. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Cultura e Dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria. **Perspectivas**. São Paulo, v. 27, p. 111-122, 2005.

TRUMAN, H. **Inaugural Address**. Disponível em <<http://www.bartleby.com/124/pres53.html>>. Acesso em 26/10/2012, 1951.

TRIGUEIRO, D. **Sobre o currículo mínimo dos cursos de Administração**. Parecer para o Ministério da Educação e Cultura. Documento n. 45, p. 80, fev. 1966.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. A. I. D. Mission to Brazil (USAID). **Report on examination of Getulio Vargas Foundation Construction**. Grant agreement n°. 512-31-660-263.1 and counterpart cruzeiro release for the period December 3, 1964 through June, 30. Disponível em <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PDAAT086.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDAAT086.pdf)>, acesso em: 26/10/2012. 1967.

\_\_\_\_\_. **A Study of USAID Assistance to Brazil: 1961-1974**. Final Report. Washington, June 2, 1986.

ÜSDIKEM, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, July, 2004.

\_\_\_\_\_; WASTI, S. Preaching, Teaching and Researching at the Periphery: academic management literature in Turkey, 1970-1999. **Organization Studies**, v. 30, n. 10, p.1063-1082, 2009.

VIZEU, F. **Management no Brasil em Perspectiva Histórica**: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940. Tese (Doutorado em Administração). 254f. EAESP/FGV. São Paulo: 2008.

\_\_\_\_\_. Potencialidades da Análise Histórica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, jan./mar., 2010.

WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler Furtado Case: a Decolonial Reframing of a North South (dis)Encounter. **Management & Organizational History**, v. 7, p. 219-236, 2012.

WHITE HOUSE. **Report to Congress on the Mutual Security Program**. Disponível em <[http://www23.us.archive.org/stream/reporttocongress1955unit/reporttocongress1955unit\\_djvu.txt](http://www23.us.archive.org/stream/reporttocongress1955unit/reporttocongress1955unit_djvu.txt)>. Acesso em 18/10/2012. 1955.

WU, C.Y. L'administration publique pour le developement national: analyse du Programme de l'Organisation des Nations Unies en matière d'administration publique. In **Revue Internationale des sciences sociales**. v. XXI, n. 1, p. 132-152, 1969.

ZIMMERMAN, J. L. **Can American Business Schools Survive?** p. 1-31. Disponível em <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=283112](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=283112)>. Acesso em 15/12/2012. 2001.